

JOVENS POBRES E NÃO POBRES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO ENTRE 2004 E 2008.

Karine Aparecida Obalhe da Silva (Universidade Estadual de Goiás)

Ana Márcia Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Alfenas)

Resumo

O dinamismo econômico tende a afetar o mercado de trabalho, impulsionando a demanda por trabalhadores. Entre os anos de 2004 e 2008, houve intensificação da atividade econômica, fator que resultou na diminuição das taxas de desocupação brasileira e nordestina. Nesta linha de raciocínio, as altas taxas de desocupação juvenil, também tendem a retrair. Assim sendo, com este artigo objetiva-se investigar as mudanças na composição do desemprego aberto entre jovens pobres e não pobres em áreas censitárias da região Nordeste do Brasil, no período 2004-2008. Para alcançar este objetivo, foi aplicada uma metodologia seguida por Corseuil, Reis e Urani (1997) que pretende decompor os componentes da estrutura do desemprego aberto para captar mudanças em sua composição. Neste intuito, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Após as análises, foi possível concluir que os efeitos do crescimento não refletiram em todos os recortes da região Nordeste. Isto foi mais representativo particularmente entre os jovens pobres que tiveram sua participação reduzida no desemprego aberto somente em regiões metropolitanas e municípios não auto-representativos para a faixa etária de 16 a 20 anos; e em municípios auto-representativos para a faixa etária de 21 a 29 anos. Em muitos casos, aumentou a participação dos jovens no estoque de desocupados.

Palavras-chave: Expansão econômica; Região Nordeste; Desocupação juvenil; Jovens pobres e não pobres.

Abstract

The economic dynamism tends to affect the labor market, spurring demand for workers. Between the years 2004 and 2008, there was intensification of economic activity, a factor that resulted in lower rates of unemployment in Brazil and Northeast. In this line of reasoning, the high rates of youthful unemployment, also tends to shrink. Therefore, this paper aims to investigate the changes in the composition of unemployment among poor young and nonpoor young in census areas of Northeast of Brazil in the period 2004-2008. To achieve this goal, was applied a methodology used by Corseuil, Reis and Urani (1997) that aims to decompose the components of the structure of unemployment to capture changes in its composition. To this end, it used data from the National Research for Sample of Domiciles (PNAD). After analysis, it was concluded that the effects of growth not reflected in all the clippings in the Northeast. This was more representative particularly among poor young people that reduced their participation in unemployment only in metropolitan region and not self-representative municipalities for the age group 16-20 years, and self-representative municipalities for the age group 21-29 years. In many cases, increased youth participation in the stock of unemployed.

Key words: Economic expansion, Northeast Region; Unemployment youthful; Young poor and not poor.

Introdução

O período 2004-2008 foi caracterizado pela ampliação do consumo e do investimento e tal conjuntura culminou na expansão da economia brasileira. Segundo a vertente keynesiana isto potencializa a demanda de trabalho o que, por sua vez, ocasiona a diminuição do desemprego. De fato, a literatura vem apontando para a redução das taxas de desocupação no Brasil. Esta dinâmica nacional repercutiu na região Nordeste e esteve associada à retração das taxas de desocupação nesta região.

Notadamente, um grupo etário com altas taxas de desocupação é o jovem, particularmente, os jovens pobres, que encontram maiores dificuldades para obtenção de uma ocupação. Diante de uma recessão econômica, geralmente, os jovens são os primeiros demitidos. Na ascensão são os últimos contratados. Por este motivo, mediante a um período de crescimento sustentado, é esperada uma diminuição das suas taxas de desocupação (WELLER, 2003, *apud* RIBEIRO e JULIANO, 2005).

Desta forma, por meio deste trabalho objetiva-se analisar as mudanças na composição do desemprego aberto¹ juvenil, considerando-se os jovens pobres e não pobres, da região Nordeste no período recente de expansão econômica (2004-2008). Com a queda das taxas de desocupação nordestinas, a questão central é identificar em que medida atingiu os jovens pobres e não pobres oriundos de municípios não auto-representativos, auto-representativos e regiões metropolitanas². Para tanto, os componentes da estrutura do desemprego aberto, serão decompostos de modo a captar as mudanças em sua composição no período.

Este trabalho está estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discute-se a conjuntura econômica do Brasil entre 2004 e 2008, suas repercussões no Nordeste e particularmente, no mercado de trabalho brasileiro e nordestino. Na segunda seção, realiza-se uma breve caracterização da juventude seguida de alguns dados sobre desocupação juvenil. Posteriormente, aborda-se como a queda nas taxas de desocupação afetou o jovem nordestino, especialmente, os jovens pobres. Na terceira seção, analisa-se as mudanças na composição do desemprego aberto juvenil na região Nordeste, utilizando-se da decomposição de seus componentes, conforme será visto.

1 Crescimento Econômico do Brasil e do Nordeste: repercussões no desemprego

Esta seção propõe tratar brevemente a conjuntura econômica brasileira no período de 2004-2008, estabelecendo uma associação da performance do crescimento brasileiro e o desemprego. Em seguida, ainda nesta seção, procurar-se-á mostrar que movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões significativas na região Nordeste, em especial no mercado de trabalho nordestino.

Em contraste com o período 1990-2003, o período de 2004-2008 foi marcado por uma significativa elevação do ritmo de crescimento econômico, média de 5% ao ano, ocasionando relevantes melhorias no mercado de trabalho nacional, sobretudo antes da crise financeira mundial de 2008 (BALTAR, *et alli*, 2010). A análise da dinâmica macroeconômica brasileira, no período, ressalta os principais reflexos e determinantes do melhor dinamismo da economia.

A política macroeconômica brasileira prevalecente nos anos 2004 a 2008 esteve assentada nas metas inflacionárias, *superávit* primário e política de câmbio flutuante (BARBOSA e PEREIRA DE SOUZA, 2010). O saldo desta política implementada foi uma

¹ Segundo Silva *et alli* (2002) os municípios auto-representativos são municípios grandes em termos populacionais. Os demais municípios não situados nas regiões metropolitanas são chamados de não auto-representativos.

inflação menor e um crescimento mais intenso do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2004 até a crise financeira (BALTAR, *et alli*, 2009).

O crescimento do PIB brasileiro, em grande parte, foi motivado pelo aumento das exportações, diante de uma conjuntura internacional favorável e internamente, a ampliação do consumo e do investimento, resultando numa expressiva elevação da ocupação, do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda, do aumento do salário mínimo – cujos impactos se concentraram na renda das famílias, e portanto realimentação do consumo.

Segundo dados da PNAD, no período de 2004 a 2008 o rendimento médio real apresentou um crescimento de 13,68%, aumentando de R\$ 1.067 para R\$ 1.213 (PNAD, 2004-2008) (CARDOSO JR, 2007).

E ainda, ao longo do período houve um aumento da População Economicamente Ativa (PEA), passando de 87 milhões para 94 milhões de pessoas e uma taxa de desocupação decrescente, evidenciando uma maior absorção do mercado de trabalho brasileiro (PNAD 2004-2008).

Esta maior absorção do mercado de trabalho no período de crescimento econômico esteve associada às mudanças qualitativas na estrutura ocupacional do trabalho no Brasil. Houve redução do emprego sem carteira, por contra própria e não remunerado, o que demonstra os efeitos positivos do crescimento sobre o emprego formal. “[...] A participação do emprego sem registro na estrutura ocupacional reduziu-se de 27%, em 2004, para 25,4% em 2007, enquanto que a dos trabalhadores não assalariados reduziu-se de 29% para 27,6%, no mesmo período” (BALTAR, *et alli*, 2010, p.13).

Como mostra Moretto e Proni (2010), apesar da redução significativa do número de desocupados, houve um aumento expressivo dos ocupados com remuneração monetária (de 70 milhões em 2003 para 81,8 milhões em 2008). E ainda, segundo Rocha (2010), relações de emprego inadequadas ou até inexistentes foram em boa parte amenizadas pelos programas de transferências de renda, sendo possível identificar uma estreita relação entre a incidência de pobreza – como falta de renda ou a baixa renda³ – e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho (ROCHA, 2010).

Portanto, o crescimento econômico no período de 2004-2008 ilustra a ampliação da renda familiar como consequência da queda da inflação e a recuperação do poder de compra do rendimento médio dos trabalhadores, juntamente com a política de valorização do salário mínimo, programas de transferências de renda e forte expansão do emprego formal. De acordo com Baltar, *et alli* (2010), o aumento do emprego formal se estendeu a todas as faixas etárias, sendo necessário enfatizar o aumento da formalização entre os jovens. Além disso, a expansão do emprego formal ocorreu em todos os setores da economia com taxas de crescimento em torno de 3% ao ano.

Destaca-se a demanda interna como estímulo da demanda agregada, em particular, o consumo das famílias passou a ter um crescimento importante e uma contribuição decisiva no crescimento do PIB (SARTI e HIRATUKA, 2011). Neste sentido, a ampliação do crédito ao consumo, impulsionada pela elevação dos prazos, queda de juros nominais e mudanças institucionais, como crédito consignado associou-se a expansão do investimento, do consumo e da renda familiar brasileira.

Tais elementos são importantes aqui, pois subsidiam esse artigo na compreensão da natureza do desemprego aberto no Brasil no período 2004-2008. Vale dizer, mudanças no mercado de trabalho e trajetórias das taxas de desocupação brasileiras estiveram ligadas à importância da recuperação do crescimento econômico e a política de elevação do salário

³ A pobreza também pode ser caracterizada com base em um padrão de consumo, ou de acordo com outros critérios que serão discutidos brevemente na próxima seção.

mínimo, entre outros. Por conseguinte, parte-se do entendimento de que o desemprego aumenta ou diminui de acordo com o aumento ou diminuição da demanda de trabalho, que por sua vez, está relacionada ao maior ou menor vigor da economia.

Vale dizer, a natureza do desemprego no Brasil está pautada no *desemprego involuntário Keynesiano*, cuja dinâmica está assentada na capacidade da Renda, Consumo e Investimento em gerar efeitos multiplicadores, potencializando em maior grau a demanda de trabalho na economia e em menor grau a oferta de trabalho, contradizendo a literatura convencional em que a oferta de mão-de-obra é preponderante para explicar a dinâmica do mercado de trabalho.

No entanto, é preciso considerar que os avanços na estrutura ocupacional e de rendimentos no Brasil ainda requerem atenção devido aos impactos negativos das políticas econômicas e neoliberais, reestruturação produtiva e precarização do trabalho, além dos efeitos relacionados aos anos de estagnação do PIB *per capita* e estrutura ocupacional histórica e tradicionalmente marcada pela informalidade (BALTAR, *et alli*, 2010, p.18).

Neste sentido, no período 2004-2008, a realidade da composição do mercado de trabalho é assim apresentada:

A participação do mercado de trabalho na absorção da PEA é decrescente com a idade da população e é maior no caso das mulheres. A comparação entre adultos e jovens indica menores taxas de desemprego e de informalidade e maior formalidade nos contratos de trabalho para os adultos. A comparação entre idosos e jovens indica menor desemprego e maior formalidade e informalidade dos contratos de trabalho para os idosos. A comparação entre homens e mulheres indica menores taxas de desemprego e de informalidade e maior formalidade dos contratos de trabalho para o sexo masculino (LEONI e BALTAR, 2010, p. 01).

Em meio ao dinamismo econômico do Brasil e suas repercussões no mercado de trabalho, é possível caracterizar o mercado de trabalho no Nordeste, tentando captar aproximações com o contexto nacional, e também especificidades e problemas estruturais.

O lento crescimento, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino foi substituído pelo forte dinamismo de muitas atividades que se desenvolveram recentemente na região. Em consonância com o PIB brasileiro, no período de 2004-2008, o Nordeste também apresentou desempenho favorável, 5,5% ao ano, embora seja a terceira região do país a contribuir percentualmente para o aumento do PIB (média de 13% no período), perdendo para a região Sudeste e Sul, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Tal desempenho econômico nordestino está associado aos movimentos da década de 90, sobretudo na segunda metade da década. Merece destaque os benefícios iniciais da guerra fiscal - motivada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial e planejamento regional, na qual os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos (CARVALHO, 2009).

A guerra fiscal funcionava como política de atração de indústrias e coincidiu com o período em que indústrias do Sul e do Sudeste buscavam resolver problemas de deseconomias de aglomeração nos grandes centros, saindo de espaços saturados (mercados maduros) para baixar custos de produção em outras regiões. Indústrias têxteis e de calçados, principalmente, instalaram-se no Nordeste, aproveitando inclusive os salários mais baixos⁴, infra-estrutura local, acesso à matérias-primas e possibilidade de desenvolvimento de novos mercados.

⁴ Nas palavras de Proni (2011, p.08), “desde que o mercado de trabalho regional passou do regime de trabalho escravo para o de trabalho assalariado, a estrutura fundiária, a dominância oligárquica e o atraso cultural

Embora com o tempo, outras regiões passaram a adotar a “guerra fiscal” como estratégia, a dinâmica dos Investimentos no Nordeste não foi de tudo afetada. “Segundo dados do BNB⁵, os empreendimentos privados financiados pela instituição, concentrados nas três maiores economias, passaram de R\$ 222 milhões, em 2002, para mais de R\$ 5 bilhões, em 2007” (BNB, 2008 *apud* CARVALHO, 2009, p. 04).

Os desembolsos do BNDES para investimentos no Nordeste também foram relevantes, ressaltando a importância do Programa de Aceleração do crescimento. Segundo dados do Boletim Regional do Banco Central (2010), na Bahia a maior parte dos desembolsos realizados pelo BNDES no período 2004/2008 foi destinada à indústria, com ênfase nos setores papel celulose e química em virtude do pólo petroquímico de Camaçari. “Considerado o mesmo período, os recursos destinados à infraestrutura equivaleram, em média, a 0,98% do PIB, ressaltando-se as representatividades dos setores eletricidade, 49%, e serviços de transporte terrestre, 42%” (BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL, 2010).

No Estado de Pernambuco também, a ênfase maior foi nos recursos destinados à infraestrutura, totalizando em média 0,85% do PIB no período 2004-2008, com destaque para os segmentos de serviços de transportes terrestres e eletricidade.

Na mesma linha está o Estado do Ceará, na qual os investimentos do BNDES representaram em média 1,14% do PIB estadual, sendo os recursos direcionados principalmente para a infra-estrutura (serviços de transporte terrestres e eletricidade) e indústria (calçados, alimentação e bebidas).

Outra explicação para o crescimento do Nordeste diz respeito à expansão dos repasses de recursos federais para a região:

Para uma arrecadação federal de 24,4 bilhões de reais no Nordeste, a União transferiu 58,6 bilhões de reais, gerando um saldo líquido de 34,2 bilhões de reais favorável à região. [...] Essas transferências são significativas porque incidem em uma região caracterizada pobre e urbanizada recentemente. O perfil de renda da população nordestina com mais de 10 anos reproduz o traço mais forte da economia regional, a sua pobreza: 40,8% dos habitantes possui uma renda abaixo de meio salário mínimo, e 28,1% entre meio e um salário, ou seja, mais de dois terços recebem menos que um piso nacional; no outro pólo, apenas 12,4% possuem renda acima de dois salários mínimos (CARVALHO, 2009, p.09).

Na visão de Araújo (2009) as políticas nacionais, em especial, as políticas sociais ao se destinarem aos mais pobres, terminou por priorizar regiões que abrigam tais brasileiros. Além disto, há o destaque para a política nacional de valorização do salário mínimo.

O Nordeste, por exemplo, se beneficiou muito da recente trajetória de elevação real do valor do salário-mínimo, pois tendo 28% da população total do país abriga cerca de 50% dos trabalhadores e aposentados que ganham um salário mínimo. O aumento do poder de compra dessa massa gerou dinamismo na região. O consumo se ampliou e atraiu novos investimentos. Essa política foi tão importante para o Nordeste e Norte do Brasil, nos anos recentes, quanto o programa “Bolsa Família”. São políticas nacionais com impactos maiores nas áreas ditas mais pobres (ARAÚJO, 2009)

contribuíram para que predominassem baixos níveis salariais, de modo que o ajuste do sistema às crises de mercado tinha na compressão de custos salariais outra importante base de apoio para a manutenção de sua estrutura”.

⁵ Banco do Nordeste.

Não muito diferente do contexto nacional, o crescimento econômico nordestino permitiu uma ampliação do mercado de trabalho. Segundo Carvalho (2009, p. 05) a ampliação do mercado de trabalho está expressa no aumento do número de assalariados com contrato de trabalho em 40%. “Entre 2000 e 2006, o Nordeste ampliou em 1,8 milhão o número de novos contratos formais de trabalho, o que garante tanto uma presença forte na geração de emprego do país, como um aumento da renda familiar média dos trabalhadores da região”.

A evolução do mercado de trabalho no Nordeste destaca a demanda de trabalho da economia nordestina. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) *apud* CARVALHO (2009, p. 04), chama-se atenção no período o “aumento de novos postos de trabalho quase exclusivamente no “mundo urbano”, a exemplo das vagas abertas na indústria de transformação (250 mil novos empregos), comércio (346 mil novos postos), serviços (450 mil) e administração pública (600 mil)”.

Neste sentido, o comportamento do desemprego aberto no período 2004-2008 foi de queda. Vale destacar que, embora as taxas de desocupação apresentem queda (Brasil e Nordeste), as taxas do Nordeste apresentam percentuais acima das taxas brasileiras (Gráfico 1). A taxa de desemprego aberto no Nordeste urbano no ano de 2004 era 12,24%. No ano de 2008 chegou ao patamar de 9,64%, significando uma queda de 21,22%, mas ainda é a maior taxa de desemprego comparada a outras regiões do país⁶.

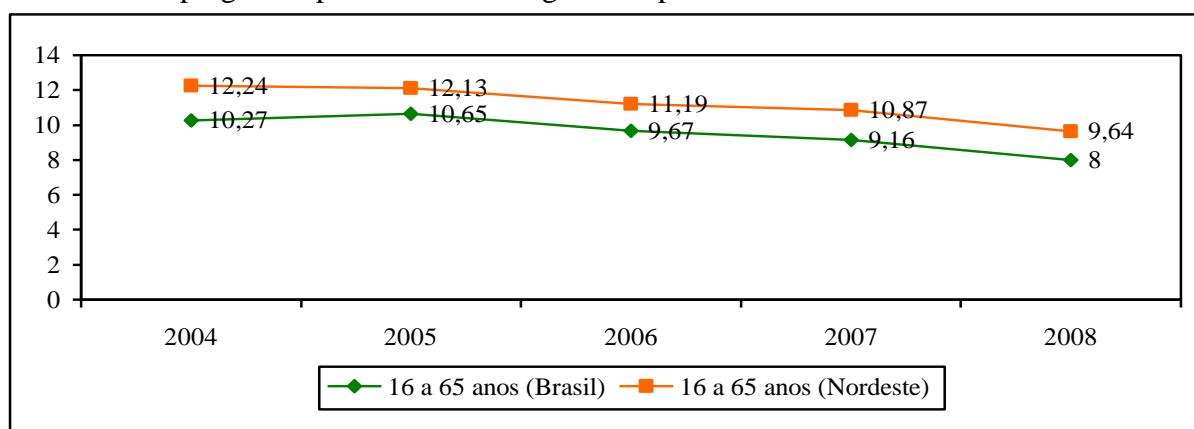


Gráfico 1: Taxas de desemprego aberto (em%) – Brasil urbano e Nordeste urbano⁷ (2004-2008)

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

A queda do desemprego aberto nordestino se apresenta como uma das maiores evidências do crescimento regional – a entrada de milhões de novos consumidores no mercado, configurando o consumo popular na região.

Fala-se com base no período 2004-2008, em um novo padrão de desenvolvimento do Nordeste (CARVALHO, 2009). Cada vez mais, empreendimentos privados⁸ se beneficiam de uma base produtiva e infra-estrutura – viabilizada principalmente pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – mais consistente, mercado em expansão, proximidade de matérias-primas, enfim vantagens locacionais aliadas a políticas nacionais.

O carro-chefe do padrão do desenvolvimento nordestino tratado por Carvalho (2009) é o novo padrão de consumo pautado nos bens não duráveis (alimentação, vestuário, remédio,

⁶ Respectivamente, as taxas de desemprego urbano nas demais regiões do país eram: Norte – 2004: 9,0% e 2008: 7,76%; Sudeste – 2004: 10,90% e 2008: 8,03%; Sul – 2004: 6,65% e 2008: 5,56% e Centro-Oeste: 2004: 8,89% e 2008: 7,75% (Elaboração dos autores com base na PNAD).

⁷ A partir deste ponto, foi utilizado o recorte para o setor censitário urbano, até porque para estimar as taxas de desemprego aberto para o meio rural é preciso redefinir os tipos de ocupação que são muito diferentes entre o rural e o urbano.

⁸ Maiores informações sobre Investimentos privados e Investimentos Públicos vide Revista Isto é Dinheiro (2006), matéria intitulada: O Nordeste tem a força.

produtos de higiene e limpeza), sensíveis a renda. Fica claro, um traço característico do crescimento econômico – vivenciado pelo Nordeste no período 2004-2008, antes da crise financeira – a diminuição das desigualdades de renda (CARVALHO, 2009).

É necessário ressaltar, que são diversos os ritmos de crescimento dentro da região, isso se deve a diferentes bases econômicas em cada estado:

Con quanto seja expressivo o crescimento de estados como Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte na década passada, suas economias têm ainda base econômica relativamente reduzida – respectivamente 6.7%, 3.6% e 6.6% do PIB da região (10); Bahia, Pernambuco e Ceará, com respectivamente 31%, 17% e 16% do PIB regional, são ainda as maiores economias estaduais do Nordeste, destacando-se o fato [...] de o Ceará se aproximar da posição de segundo maior PIB da região (ARAÚJO e ALVES DE LIMA, 1997, p.60).

Para além da heterogeneidade de desempenho macroeconômico, a região também apresenta um fenômeno demográfico, “o Nordeste concentra hoje um terço das 21 cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes” (ARAÚJO e ALVES DE LIMA, 1997, p.61), mas vale ressaltar que considerando a unidade da federação como objeto de análise há disparidades em relação as densidades demográficas.

E no que tange ao quadro metropolitano do Nordeste:

Indica que os grandes centros urbanos constituídos pelas capitais e suas cidades satélites se assemelham na concentração de grande parcela da população de cada estado. A Bahia parece diferente (apenas 21% da população do estado estariam na região metropolitana de Salvador), mas dada a grande dimensão territorial e populacional dessa Unidade da Federação, o contingente metropolitano é significativo – quase 2,5 milhões de habitantes num núcleo metropolitano de dimensões plenamente comparáveis às duas outras áreas (ARAÚJO e ALVES DE LIMA, 1997, p.62).

Neste contexto, reconhecendo as heterogeneidades da região é que este artigo se apresenta com a proposta de identificar a composição do desemprego aberto. Porém, a partir da compreensão de que essa região muito avançou nos últimos anos, possuindo sinais de queda nas taxas de desocupação e nos contrastes econômicos e sociais em consonância com o Brasil, é que se estabeleceu como foco o desemprego juvenil, em especial, tenta-se responder em que medida, se é que isso aconteceu, o desemprego aberto e sua redução afetaram o jovem nordestino. Questão central da próxima seção.

2 Desocupação juvenil e pobreza: conceitos e evidências empíricas

Nesta seção, será realizada uma breve caracterização da juventude seguida de alguns dados sobre desocupação juvenil no período 2004-2008. Com isso, pretende-se abordar se os jovens da região Nordeste se beneficiaram da queda recente da taxa de desemprego já enfatizada, particularmente aqueles que se encontram na condição de pobre. Isto será feito nas subseções que se seguem.

2.1 O jovem e a desocupação juvenil

Segundo Camarano, Mello e Kanso (2006) o ciclo de vida que era concebido em três fases (infância e adolescência; vida adulta; e velhice) passou a ser subdividido conforme as transformações socioeconômicas, culturais e biológicas. Diante disso, a juventude é o período compreendido entre a infância e a idade adulta. Os jovens podem ser caracterizados como

indivíduos dotados de autonomia apenas parcial sobre seus atos. Isto implica que podem ser responsáveis por alguns, mas ainda serem dependentes em outros.

Nesta etapa do ciclo de vida importantes decisões devem ser tomadas, como as referentes à escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Durante o processo tradicional de transição ocorre o fim da formação escolar e a habilitação para a obtenção de uma ocupação. No caso do Brasil “[...] os indivíduos ingressam muito cedo no trabalho, o que torna as trajetórias ocupacionais e escolares largamente conviventes para a maioria dos adolescentes e jovens – e por que não dizer, em muitos casos, também para as crianças” (GUIMARÃES, 2006, p. 172).

Os ganhos do trabalho são fonte de autonomia, porque permitem a construção de um domicílio próprio e propiciam independência para a consolidação de uma família. Conforme Madeira (2006) inicialmente os adolescentes enxergam o trabalho como uma forma de conseguir dinheiro para seu lazer e consumo. Com o passar dos anos e especialmente após os 18 anos, o trabalho transforma-se em uma experiência voltada para o aperfeiçoamento de ocupações futuras. Muitos deles possuem apoio familiar e isto permite que fiquem mais tempo à procura de trabalho. Contudo, de acordo com Ribeiro e Neder (2009) trata-se de um grupo bastante heterogêneo.

Neste trabalho, foram denominados como jovens os indivíduos de 16 a 29 anos. Utilizou-se o limite mínimo de 16 anos para ser condizente com a idade em que o indivíduo está apto ao trabalho no Brasil. Quanto ao limite máximo (29 anos), autores como Camarano, Mello e Kanso (2006), Madeira (2006) e Guimarães (2006) afirmam que o prolongamento da juventude pode ser percebido facilmente pelo adiamento do casamento ou pela maior permanência no domicílio de origem. Por haver evidências de discrepâncias nas taxas de desocupação entre os indivíduos de 16 a 29 anos, foram subdivididos em: 16 a 20 anos, 21 a 25 anos e 26 a 29 anos.

É reconhecido que as taxas de desocupação alcançam grandes proporções entre os jovens. Segundo Camargo e Reis (2005) chegam a ser 2,5 vezes maior que dos demais trabalhadores. Ribeiro e Neder (2009) afirmaram que a taxa de desocupação juvenil no Brasil alcançou 14,8% em 2006. Por outro lado, para pessoas com mais de 30 anos era 5,2%.

A explicação para as altas taxas de desocupação entre os jovens é atribuída pela literatura convencional, geralmente, em âmbito da oferta de trabalho. Um bom exemplo é a teoria da assimetria de informações de Akerlof. Com base nela, Camargo e Reis (2005), por exemplo, explicam o desemprego juvenil pelo fato do empregador atribuir um baixo grau comprometimento ao jovem. Outros ressaltam que os jovens não são capazes de se manterem no emprego por muito tempo, o que lhes confere alta rotatividade. Outros ainda apontam as causas do desemprego com base na falta de escolaridade. Todavia, poucos citam a falta de oportunidades enfrentadas pelos jovens.

Ribeiro e Juliano (2005) mostraram que a conclusão sobre a alta rotatividade é precipitada, pois para caracterizá-la é necessário identificar a origem das demissões e os dados disponíveis não permitem esta conclusão. Quanto à hipótese da escolaridade insuficiente, segundo Salm (2004), os postos de trabalho que exigem menos escolaridade ainda são a maioria. Neste caso, o desemprego é explicado não pela ausência de escolaridade, mas pela demanda dos serviços e produtos produzidos. O fato é que a maioria das explicações para o desemprego entre os jovens ainda encontra-se muito voltada para a concepção de *desemprego voluntário*.

Observando-se pelo lado da demanda, conforme Ribeiro e Juliano (2005), como os jovens possuem grande representatividade entre os que procuram emprego (vide apêndice), diante de uma recessão, normalmente são os principais afetados quando as empresas deixam de contratar. Além disso, as demissões se iniciam pelos trabalhadores mais jovens por representarem menores custos, haja vista que foram os últimos admitidos. Quando o ciclo

econômico é revertido, os primeiros a serem contratados são os trabalhadores com mais experiência. Observa-se que os jovens são os primeiros a serem demitidos e os últimos a retomar suas atividades. Portanto, para a melhor inserção é necessário um crescimento econômico longo e estável (WELLER, 2003, *apud* RIBEIRO e JULIANO, 2005).

Vale dizer, o dinamismo econômico entre 2004 e 2008, discutido na primeira seção, tende a favorecer a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho. Apesar das estimativas das taxas de desemprego aberto, foi possível concluir que o mercado de trabalho brasileiro urbano vem absorvendo mais jovens no decorrer do período 2004-2008, mas as taxas de desocupação ainda se encontravam bem acima do desemprego total (16 a 65 anos). Enquanto a taxa de desocupação total retraiu 20,44%, a taxa de desocupação entre jovens de 21 a 25 anos reduziu 18,02% (faixa etária com maior proximidade). A desocupação é maior entre indivíduos de 16 a 20 anos. Esta foi a faixa etária em que o desemprego aberto menos reduziu (15,23%).

Percebe-se uma tendência de diminuição da taxa de desocupação (Brasil e Nordeste) à medida que o indivíduo se aproxima da idade adulta. Na faixa etária de 26 a 29 anos, as taxas de desemprego aberto, se aproximam da total (16 a 65 anos). Isto mostra que os mais afetados pelo problema são os jovens de 16 a 20 anos seguidos dos de 21 a 25. Obviamente, isto não quer dizer que não seja um aspecto preocupante entre a classe de 26 a 29 anos. Os dados referentes ao número de desocupados e PEA podem ser conferidos no Apêndice A deste trabalho. As taxas de desocupação entre os jovens brasileiros e nordestinos podem ser visualizadas no gráfico que segue.

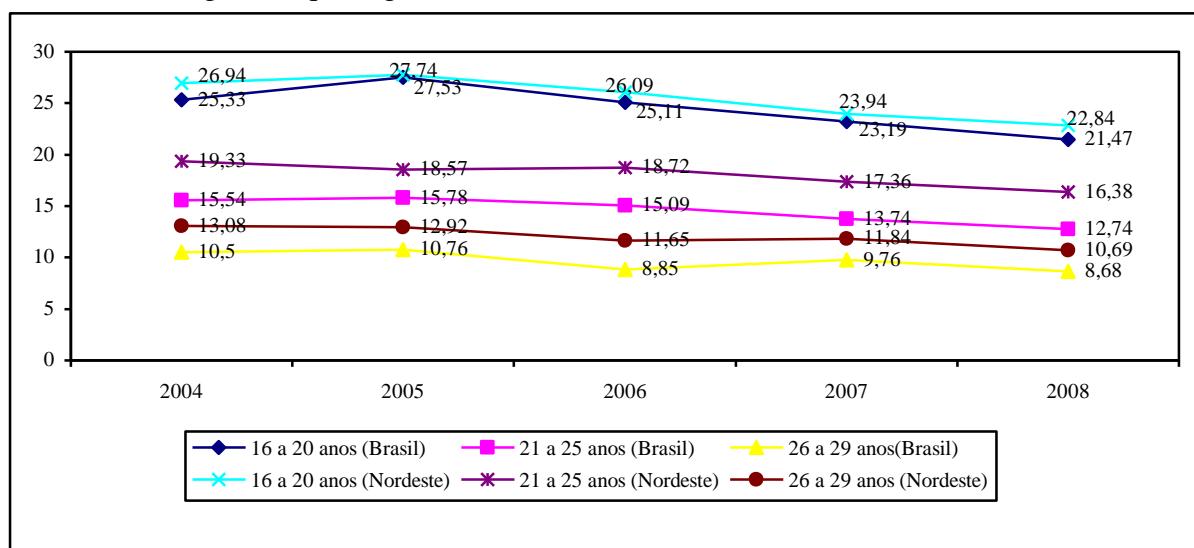


Gráfico 2: Taxas de desemprego aberto juvenil (em%) – Brasil e Nordeste urbano (2004-2008)

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Por meio do Gráfico 2 está evidente a trajetória descendente da taxa de desocupação no período analisado, embora os dados do Brasil revelem que em 2005 houve um pequeno aumento em todas as categorias estudadas em relação a 2004. A partir daí segue-se a tendência de queda, exceto de 2006 para 2007 na faixa de 26 a 29 anos, em que a taxa passou de 8,85% para 9,76% no Brasil e de 11,65% para 11,84% no Nordeste. Em 2008 as taxas voltam a cair num patamar inferior a todo período analisado.

As taxas de desocupação juvenil do Nordeste urbano, seguiram a mesma tendência que as do Brasil. Apesar disso, o desemprego aberto entre os jovens nordestinos está ligeiramente acima do nacional nas respectivas faixas etárias. Da mesma forma que a brasileira, a taxa de desocupação nordestina, diminui à medida que o indivíduo se aproxima

da idade adulta. Apesar da tendência de queda, o desemprego, tanto no Brasil quanto na região Nordeste ainda é considerado elevado. No caso do Nordeste alcançava dois dígitos, mesmo em 2008. Há evidências de que esta situação seja pior entre os jovens pobres. Então, na próxima subseção serão apresentados alguns dados sobre a desocupação juvenil entre pobres e não pobres nesta região.

2.2 Desocupação entre os jovens e pobreza na região Nordeste

Em um estudo realizado por Ribeiro e Neder (2009) foi constatado que os jovens pobres possuem taxas de desocupação mais altas que os não pobres em qualquer faixa etária. Segundo os autores, os jovens pobres enfrentam maiores dificuldades na obtenção de uma ocupação. Daí a necessidade que separá-los conforme estas categorias, especialmente na região Nordeste onde, segundo Carvalho (2009), dois terços da população possui renda inferior ao piso nacional.

Existem duas visões dominantes na definição de pobreza. A primeira consiste em classificá-la em uma única dimensão geralmente a renda ou o consumo. Esta visão é chamada de unidimensional. A segunda, ainda recente, procura incorporar outros critérios além da renda, chegando a um conceito multidimensional. Apesar de reconhecer a importância de se estudar a pobreza no seu aspecto multidimensional, neste estudo, será adotada a primeira visão.

De maneira genérica pobreza pode ser definida como uma deficiência abaixo de algum nível básico de recursos (LADERCHI, SAITH e STEWART, 2003). Então, para se determinar o seu grau é necessário definir uma linha de corte, isto é, o nível de renda ou consumo abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres.

Neste artigo, as linhas de pobreza foram calculadas baseando-se em cestas alimentares nutricionalmente adequadas em determinado momento e lugar, acrescidas do valor necessário ao atendimento de certas necessidades básicas como higiene, vestuário, transporte, etc. (ROCHA, 2003)⁹. Com base nestas linhas foram identificados os jovens pobres e os não pobres. Para uma visão mais clara das taxas de desocupação juvenil, e em virtude das heterogeneidades da região Nordeste ressaltadas na primeira seção, foram realizados recortes censitários por: municípios auto-representativos, municípios não auto-representativos e regiões metropolitanas. A seguir serão apresentados alguns dados que caracterizam previamente as mudanças nas taxas de desemprego aberto no período.

Com base na Tabela 1, observa-se que, em geral, além das taxas de desocupação serem maiores entre os jovens, são mais expressivas entre os jovens pobres. O recorte mais problemático é o dos jovens pobres de 16 a 20 anos que residem em regiões metropolitanas, em que a taxa alcançou 49,38% em 2004, reduzindo para 45,45% em 2008. Mesmo entre os não pobres, as maiores taxas foram observadas nas regiões metropolitanas. Isto é válido para todas as faixas etárias.

Apesar do período 2004-2008 ser caracterizado pela expansão econômica e as taxas de desocupação do país e do Nordeste apresentarem queda, as taxas entre jovens pobres se expandiram em determinados recortes geográficos. Um bom exemplo é os jovens pobres de que residem nos municípios não auto-representativos em todas as faixas etárias. Situação semelhante é percebida entre os jovens não pobres de 16 a 20 anos em regiões metropolitanas. A taxa de desocupação destes indivíduos era 27,93% em 2004 e 45,45% em 2008, alcançando

⁹ Tais linhas de pobreza foram elaboradas por Sonia Rocha com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Os dados foram extraídos do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). O IETS disponibiliza os itens atualizados e a metodologia de construção dos parâmetros e cestas alimentares.

o patamar dos jovens pobres neste último ano. Ainda assim, está evidente que as taxas diminuem com o aumento da idade e da renda.

Tabela 1: Taxas de desemprego aberto (em%) entre pobres e não pobres por faixa etária e área censitária do Nordeste urbano (2004-2008)

Ano	Faixa etária	Município não auto-representativo		Município auto-representativo		Região Metropolitana	
		Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
2004	16 a 20	22,64	15,90	36,74	24,57	49,38	27,93
	21 a 25	19,05	9,38	35,38	15,92	37,39	17,24
	26 a 29	13,89	5,27	31,73	6,24	26,88	11,17
	16 a 65	12,76	5,45	26,27	8,82	27,32	11,61
2008	16 a 20	23,05	12,98	41,02	21,73	45,45	45,45
	21 a 25	23,06	9,23	37,10	12,79	36,71	15,05
	26 a 29	17,16	5,14	31,16	6,66	27,39	7,88
	16 a 65	13,88	4,75	25,44	7,05	25,69	15,78

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

As taxas de desemprego aberto, entre os jovens não pobres se aproximaram mais da total (16 a 65 anos). Em alguns casos se mantiveram abaixo, como na faixa etária de 26 e 29 anos em regiões metropolitanas. No ano de 2004, enquanto o percentual de desocupados de 16 a 65 anos não pobres nas regiões metropolitanas era 11,61%, entre os jovens de 26 a 29 anos era 11,17%. Em 2008 esta percentagem baixou para 7,88%, ao passo que a taxa de desocupação total subiu para 15,78% (vide Tabela 1)¹⁰.

Apresentados estes dados, é útil decompor o desemprego juvenil entre pobres e não pobres conforme os recortes censitários. Assim, será analisada a intensidade com que seus componentes influenciaram estas mudanças no período 2004-2008.

3 Decomposição do desemprego juvenil na região Nordeste

Para a decomposição do desemprego aberto foram utilizados os dados das PNADs de 2004 e 2008. A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional. A população alvo é composta pelos domicílios e pessoas residentes na área de abrangência da pesquisa. É uma amostra complexa e o delineamento amostral deve ser considerado nas análises.

O que se ganha com a utilização da PNAD é que as taxas de desemprego não se limitam às regiões metropolitanas como ocorre no caso da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) também do IBGE e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Em contrapartida, tais estimativas possuem restrições por permitirem apenas o cálculo da taxa de desemprego aberto.

O desemprego aberto inclui as pessoas que procuraram trabalho nos últimos trinta dias e não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Não são computados como desocupados os indivíduos que se encontram no desemprego oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento.

¹⁰ Os dados referentes a PIA, PEA e desocupados entre pobres e não pobres por área censitária podem ser verificados no Apêndice B.

O que se perde com isso é que as taxas são subestimadas. Não se pode dissociar a discussão sobre o volume de emprego e a qualidade do emprego. É necessário não somente gerar emprego, mas gerar emprego com “qualidade”. Em termos de quantidade, não se pode negar que houve redução do desemprego no período analisado.

Além disso, para as estimativas deste trabalho, foram considerados como População em Idade Ativa (PIA) os indivíduos de 16 a 65 anos, este mesmo filtro foi estendido à PEA e ao número de desocupados. Acrescenta-se que para os cálculos foi utilizado o software SPSS.

Com o objetivo de estudar as mudanças na composição do desemprego juvenil na região Nordeste no período de aquecimento da economia foi utilizada a metodologia seguida por Corseuil, Reis e Urani (1997), replicada por Bastos (2010) e Silva Filho, Santos e Clementino (2011).

Segundo Corseuil, Reis e Urani (1997) sendo i um grupo de jovens específico (pobre ou não pobre) atingido pelo desemprego (U_i/U), o peso deste grupo em cada área censitária pode ser decomposto conforme a seguinte expressão:

$$U_i/U = U_i/Ni \cdot Ni/Pi \cdot Pi/P \cdot P/N \cdot N/U \quad (1)$$

Em que:

U_i é o número de jovens desempregados do grupo i ;

U é o número total de desempregados;

Ni é o número de jovens do grupo i membros da PEA;

N é o número de membros da PEA da área censitária estudada;

Pi é o número de jovens do grupo i membros da PIA;

P é o número de membros da PIA área censitária estudada.

A expressão (1) pode ser reescrita da seguinte maneira:

$$\frac{U_i/U}{U/N} = \frac{U_i/Ni}{N/P} \cdot \frac{Ni/Pi}{P} \cdot \frac{Pi/P}{P/N} \quad (2)$$

Na forma logarítmica, a expressão (2) se transforma em:

$$\ln(U_i/U) = [\ln(U_i/Ni) - \ln(U/N)] + [\ln(Ni/Pi) - \ln(N/P)] + \ln(Pi/P). \quad (3)$$

As variações podem ser assim expressas:

$$\Delta \ln(U_i/U) = [\Delta \ln(U_i/Ni) - \Delta \ln(U/N)] + [\Delta \ln(Ni/Pi) - \Delta \ln(N/P)] + \Delta \ln(Pi/P). \quad (4)$$

Por meio desta última expressão, entende-se que a variação da participação do jovem do grupo i no estoque de desempregados da área censitária analisada dependerá: a) da variação da taxa de desemprego do grupo em relação à variação da taxa de desemprego total da área censitária, conforme mostra o primeiro termo; b) da variação da taxa de participação na PEA do grupo em relação à variação da taxa de participação na PEA da área censitária (segundo termo); c) por fim, da variação do peso do grupo na PIA da área censitária (terceiro termo), que Corseuil, Reis e Urani (1997) chamaram de fator demográfico por excelência.

O que se ganha com esta metodologia é que através do primeiro termo citado é possível captar como as mudanças no peso do grupo afetam o estoque de desempregados pelo lado da demanda, ao passo que, os outros dois termos o fazem pelo lado da oferta de trabalho (BASTOS, 2010). Desta maneira, é possível analisar a intensidade com que estes componentes atingiram as mudanças na composição do desemprego juvenil nas diferentes áreas censitárias da região Nordeste. Para tanto, segue-se a divisão entre pobres e não pobres nas faixas etárias de 16 a 20 anos, 21 a 25 anos e 26 a 29 anos.

3.2 Análise da decomposição da estrutura do desemprego juvenil

A seguir será realizada a análise da decomposição dos componentes do desemprego aberto juvenil da região Nordeste no período recente de aquecimento econômico (2004-2008). Primeiramente serão apresentados os dados dos jovens pobres e não pobres de 16 a 20 anos, seguidos dos de 21 a 25 anos e 26 a 29 anos.

3.2.1 Jovens de 16 a 20 anos

A participação dos jovens pobres de 16 a 20 anos no desemprego aberto reduziu, exceto nos municípios auto-representativos onde foi verificado um aumento. A redução se deu com maior intensidade nos municípios não auto-representativos. Todos os componentes agiram no sentido desta diminuição, todavia, o que mais contribuiu foi o peso na PIA. Isto implica em uma mudança na composição etária da população.

Tabela 2: Decomposição da participação do jovem de 16 a 20 anos no desemprego aberto – Nordeste urbano (2004-2008)

	Município não auto-representativo		Município auto-representativo		Região Metropolitana	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
$\Delta \ln(U_i/U)$	-0,24	-0,07	0,08	-0,13	-0,12	0,09
$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	-0,07	-0,07	0,14	0,10	-0,02	0,08
$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	-0,08	0,04	0,01	-0,13	-0,02	0,08
$\Delta \ln(P_i/P)$	-0,10	-0,05	-0,07	-0,10	-0,08	-0,06

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Quanto ao aumento da participação dos jovens pobres no estoque de desocupados, nos municípios auto-representativos, é explicada principalmente pela expansão nas suas taxas de desocupação. Deste modo, enquanto nas regiões metropolitanas e nos municípios não auto-representativos os fatores de oferta contribuíram para a redução do desemprego, nos municípios auto-representativos é o fator que capta indiretamente a demanda por trabalho que explica sua expansão (um aumento da demanda por trabalho diminui a taxa de desocupação). Estes dados podem ser conferidos na Tabela 2.

O jovem não pobre, que reside em municípios auto-representativos e não auto-representativos teve a sua participação reduzida no desemprego aberto. No caso do jovem que reside em município auto-representativo sua menor participação se deu, em maior grau pela redução na sua taxa de participação, sendo intensificada pela diminuição do seu peso na PIA. Isto amenizou o elevado peso da desocupação destes jovens (0,10) na determinação da sua participação no desemprego.

No que tange aos municípios não auto-representativos, a participação do jovem não pobre, como dito, apresentou redução e é explicada principalmente pela menor taxa de desocupação (-0,07). Em contrapartida, os jovens não pobres residentes nas regiões metropolitanas, aumentaram a sua participação no desemprego aberto. Os dois fatores que contribuíram igualmente para isso foram a variação da taxa de desemprego em relação à variação da taxa de desemprego total (0,08) e a variação da taxa de participação na PEA do grupo em relação à variação da taxa de participação na PEA total (0,08). Estas situações refletem (em boa parte) o componente demanda de trabalho. Enquanto na primeira, um

aumento na demanda por trabalho diminuiu a taxa de desocupação. Na segunda, ocorreu o inverso.

Por meio da Tabela 2, percebe-se que o jovem pobre de municípios não auto-representativos foi a categoria que mais reduziu sua participação no desemprego aberto do Nordeste (-0,24) influenciado pelos vários fatores que captam a demanda e a oferta de trabalho. Em contrapartida, o jovem não pobre de regiões metropolitanas elevou significativamente sua participação (0,09) influenciado pelos fatores que captam a demanda por trabalho, conforme já foi explicitado.

3.2.2 Jovens de 21 a 25 anos

Entre os jovens pobres entre 21 e 25 anos, houve uma redução da participação no estoque de desocupados nos municípios auto-representativos motivada principalmente por uma redução na PIA do grupo. A retração desta categoria não se deu com maior intensidade porque foi freada por um aumento da taxa de desemprego aberto.

Nas demais áreas censitárias a participação manteve-se inalterada com uma tendência à diminuição nas regiões metropolitanas, também em virtude de um encolhimento do peso destes jovens na PIA. Em adição, destaca-se que nos municípios não auto-representativos a redução na PIA foi compensada pelo aumento nas taxas de desocupação (Tabela 3).

Tabela 3: Decomposição da participação do jovem de 21 a 25 anos no desemprego aberto – Nordeste urbano (2004-2008)

	Município não auto-representativo		Município auto-representativo		Região Metropolitana	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
$\Delta ln(Ui/U)$	0,00	0,09	-0,06	-0,15	-0,00	-0,32
$\Delta ln(Ui/Ni) - \Delta ln(U/N)$	0,11	0,12	0,08	0,00	0,04	-0,28
$\Delta ln(Ni/Pi) - \Delta ln(N/P)$	0,01	-0,04	-0,00	-0,12	0,03	0,00
$\Delta ln(Pi/P)$	-0,11	0,01	-0,13	-0,04	-0,08	-0,04

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Com relação ao jovem não pobre residente em municípios auto-representativos e regiões metropolitanas, sua participação no desemprego aberto foi reduzida. Nas regiões metropolitanas isto ocorreu devido o componente demanda de trabalho, o qual evidenciou uma redução no número de jovens desocupados no período. Por outro lado, nos municípios auto-representativos a queda da participação se deu em maior intensidade, por conta da diminuição da sua taxa de participação.

Acrescenta-se que nos municípios não auto-representativos, a participação dos jovens não pobres aumentou, sobretudo devido ao componente demanda de trabalho. Isto explicitou um aumento da sua taxa de desocupação.

Na Tabela 3, observa-se que o jovem não pobre em regiões metropolitanas, influenciado especialmente pelo componente que capta a demanda de trabalho, reduziu de maneira mais acentuada sua participação no desemprego da região (-0,32). Em contrapartida, a maior expansão foi verificada entre os jovens não pobres nos municípios não auto-representativos (0,09), influenciado pelo mesmo componente que agiu em sentido oposto à situação anterior.

3.2.3 Jovens de 26 a 29 anos

Os jovens pobres de 26 a 29 anos aumentaram sua participação no desemprego aberto nas regiões metropolitanas e nos municípios não auto-representativos (Tabela 4). Esta elevação foi mais significativa nesta primeira área censitária, explicada por todos os componentes que agiram no sentido do aumento. O que mais contribuiu, foi a taxa de desocupação (0,08), que se expandiu em relação à taxa de desemprego aberto da área censitária estudada. Isto também foi verificado nos municípios não auto-representativos, porém, neste caso a expansão da taxa de desocupação foi mais intensa (0,13). Isto só não ocorreu de maneira mais expressiva, porque houve diminuição da taxa de participação do grupo (-0,02).

Tabela 4: Decomposição da participação do jovem de 26 a 29 anos no desemprego aberto – Nordeste urbano (2004-2008)

	Município não auto-representativo		Município auto-representativo		Região Metropolitana	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
$\Delta \ln(U_i/U)$	0,13	0,15	-0,01	0,33	0,14	-0,49
$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	0,13	0,11	0,01	0,29	0,08	-0,49
$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	-0,02	-0,00	-0,03	-0,09	0,02	-0,02
$\Delta \ln(P_i/P)$	0,02	0,05	0,00	0,13	0,03	0,03

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

Nos municípios auto-representativos, observou-se uma leve diminuição da participação do jovem pobre no desemprego, determinada pela redução do peso do grupo na taxa de participação. Novamente, enquanto o aumento da participação no estoque de desocupados foi motivado pelo lado da demanda, a diminuição se explicou pelo lado da oferta.

Diferentemente, o jovem não pobre residente em municípios auto-representativos e não auto-representativos do Nordeste, contribuíram mais para os números do desemprego aberto, principalmente porque ampliou a sua taxa de desocupação. Em outras palavras, o componente demanda de trabalho é o fator que explica, em grande parte, sua maior participação no estoque de desocupados (Tabela 4).

Já os jovens com as mesmas características residentes nas regiões metropolitanas, contribuíram menos com os números que refletem o desemprego aberto. Isto se justifica, principalmente pelo fato de ser menor a taxa de desocupação destes jovens no período 2004-2008, ou seja, prevalece o componente demanda de trabalho.

A redução mais acentuada da participação no desemprego ocorreu entre os não pobres de regiões metropolitanas (-0,49). Por sua vez, a maior expansão foi identificada entre os jovens não pobres em municípios auto-representativos (0,33).

Em síntese, o crescimento econômico se configurou no aumento da demanda por trabalho somente entre os jovens não pobres de 21 a 29 anos e de regiões metropolitanas. O jovem não pobre de 16 a 20 anos residente em municípios não auto-representativos também reduziu a sua participação no desemprego pela ótica da demanda por trabalho. Isto demonstra que neste recorte censitário estes indivíduos encontram melhor inserção no mercado. Por outro lado, os jovens não pobres de 16 a 25 anos de municípios auto-representativos reduziram a sua participação no desemprego pelo componente oferta de trabalho, sugerindo que com o processo de expansão econômica talvez estejam se dedicando mais aos estudos.

Quanto ao jovem pobre, as categorias que diminuíram sua participação no desemprego aberto foram: 16 a 20 anos em municípios não auto-representativos e nas regiões metropolitanas; 21 a 29 anos em municípios auto-representativos. Neste caso, o que prevalece é a oferta de trabalho agindo no sentido de reduzir a participação do jovem no estoque de

desocupados. Isto pode ser explicado pelos programas sociais do governo e pelo aumento na renda das famílias no período. Contudo, os jovens pobres ainda encontram dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois nos demais recortes censitários houve um aumento da participação dos jovens de 16 a 29 anos no desemprego aberto e a demanda é que justifica este fato.

Considerações finais

Embora o período entre 2004 e 2008 – caracterizado pelo crescimento econômico no Brasil – tenha surtido efeitos na diminuição do desemprego nacional e nordestino e isso tenha repercutido na redução da desocupação juvenil, percebe-se que quando se considera a divisão entre pobres e não pobres em municípios não auto-representativos, auto-representativos e regiões metropolitanas, a situação é bastante heterogênea. O desemprego aberto é maior nas regiões metropolitanas e diminui à medida que o indivíduo se aproxima da idade adulta. Acrescenta-se que as taxas de desocupação são maiores entre os jovens pobres.

A decomposição do desemprego aberto, conforme estes recortes, permitiu concluir que os efeitos do crescimento não conseguiram alcançar os jovens pobres de 16 a 20 anos que residem em municípios auto-representativos e os não pobres na mesma faixa provenientes de regiões metropolitanas. O mesmo aconteceu com os jovens não pobres de 21 a 29 anos nos municípios não auto-representativos. Os únicos que parecem ter sido favorecidos diretamente pelo o crescimento foram os jovens não pobres de 21 a 25 anos e de 26 a 29 anos nas regiões metropolitanas, e os jovens não pobres de 16 a 20 anos nos municípios não auto-representativos, onde o desemprego reduziu significativamente e esta redução foi explicada principalmente pelo lado da demanda. Aqui prevalece o argumento que o crescimento resulta em uma maior contratação de trabalhadores.

Na faixa etária de 26 a 29 anos, os seguintes grupos aumentaram a participação no desemprego: jovens pobres e não pobres de municípios não auto-representativos; jovens não pobres de municípios auto-representativos; e jovens pobres de regiões metropolitanas. Talvez o crescimento econômico não tenha sido longo o suficiente para reverter a situação do jovem que tende a ser o primeiro dispensado e o último contratado, ou ainda, o crescimento pode não ter atingido todos os recortes censitários da região Nordeste em virtude da sua heterogeneidade. O fato é que as taxas de desocupação entre jovens permanecem altas.

Em muitos casos, a diminuição da participação no desemprego aberto, foi explicada pelo lado da oferta. Com isso, infere-se que os jovens têm retardado sua entrada no mercado de trabalho. Provavelmente estão se dedicando mais aos estudos, resultado que pode ser atribuído aos programas sociais do governo e ao aumento na renda das famílias.

Em suma, não se pode dizer que o crescimento econômico resulte em diminuição unânime do desemprego juvenil em uma região tão heterogênea como a Nordeste. O jovem pobre tem retraído sua participação em determinados recortes e expandido em outros, o mesmo aconteceu com o não pobre ainda que possuísse taxas de desocupação inferiores. A questão central é que no caso do jovem pobre, todas as situações de redução da participação no desemprego aberto foram explicadas pelo lado da oferta, enquanto o aumento foi explicado pelo lado da demanda. Isto demonstra por um lado, a relevância dos programas sociais e por outro, a dificuldade de inserção com que estes jovens ainda se deparam.

Referências

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A crise pode ser uma oportunidade para o Brasil diminuir as desigualdades regionais? **Revista Rumos**. Edição setembro de 2009.

ARAÚJO, T.P. & ALVES DE LIMA, A.V.S. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 11 (29), 1997.

BALTAR, et alli (2010). Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileria. Global Labour University Working papers.Paper, n.9. Disponível em: www.global-labour-university.org. Vários acessos.

BARBOSA, N. & PEREIRA, S. J. A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (orgs.) Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo e Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010. Revista de *Economia*, Rio de Janeiro, 59 (3), 2005. p. 381-425.

BASTOS, R. L. A. Desemprego metropolitano no Brasil: 1999-2007. In: *Anais do Encontro da ABEP*, 2010.

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL, 2010. Investimento e diversificação regional na Região Nordeste. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional>. Vários acessos.

CAMARANO, A. A; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 31-60.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: o custo da desinformação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 59 (3), 2005. p. 381-425.

CARDOSO Jr., J. C. *De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal.* Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1310).

CARVALHO, C.P.O. Nordeste: sinais de um novo padrão de desenvolvimento.

CORSEUIL, C. Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995. *Economia Aplicada*. São Paulo: USP, v. 1, n. 3, p. 443-467, 1997.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. www.ipece.ce.gov.br/

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series – QEHWPS107*. University of Oxford, 2003.

LEONE,E.T & BALTAR, P.População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico (2004-2008). XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 139-170.

MORETTO, A. J; PRONI, M. W. *O desemprego no brasil: análise da trajetória recente.* 2010, Mimeo.

OLIVEIRA, V. H.; CARVALHO, J. R. Uma perspectiva microeconómétrica do salário de reserva e do desemprego na década de 1990 no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 38, n.º 2, 2008, p. 227-252.

RIBEIRO, R.; JULIANO, A. A. Desemprego Juvenil e impactos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, Junho, 2005

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 19(3), setembro-dezembro, 2009.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, S. Crescimento, Renda e Pobreza. Como ficam os pobres? XXII Fórum Nacional 2009.Na crise Brasil, desenvolvimento de uma sociedade ativa e moderna. Programa Nacional de Direitos Humanos e novos temas: 17 a 20 de maio de 2010.

SALM, C. *Crescimento Sustentado e Política de Emprego*. Disponível em: www.ie.ufrj.br/aparte. 2004.

SILVA FILHO, L. A.; SANTOS, R. A-H. V.; CLEMENTINO, M. L. M. Determinantes do desemprego recente no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal - 2001-2008. *Economia & Tecnologia* - Ano 07, Vol. 26 - Julho/Setembro de 2011.

SILVA, P. L. N. et alli. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7 (4): 659-670, 2002.

Apêndice A: Número de desocupados e PEA por faixa etária – Brasil e Nordeste urbano (2004-2008)

Ano	Brasil				Nordeste				
	Faixa etária								
	16 a 20	21 a 25	26 a 29	16 a 65	16 a 20	21 a 25	26 a 29	16 a 65	
2004	Desocupados	2.091.679	1.724.767	849.608	7.410.787	523.687	512.026	247.119	1.957.128
	PEA	8.257.085	11.100.781	8.094.282	7.2184.314	1.944.143	2.648.269	1.889.511	15.994.783
2005	Desocupados	2.377.241	1.850.266	923.511	7.976.543	567.936	507.299	257.529	2.000.925
	PEA	8.636.017	11.724.501	8.583.201	74.922.203	2.047.527	2.731.415	1.993.181	16.494.083
2006	Desocupados	2.056.584	1.690.061	844.890	7.198.876	497.900	496.892	229.587	1.844.313
	PEA	8.189.936	11.199.674	8.578.052	74.451.731	1.908.656	2.653.955	1.970.712	16.487.473
2007	Desocupados	1.909.355	1.549.374	874.021	7.087.657	455.106	481.080	248.120	1.882.671
	PEA	8.231.769	11.274.172	89.54.664	77.388.719	1.901.280	2.771.611	2.095.170	17.321.348
2008	Desocupados	1.741.768	1.446.320	807.787	6.358.694	434.842	461.779	236.278	1.734.344
	PEA	8.110.713	11.355.857	9.301.129	79.472.978	1.903.918	2.818.986	2.209.271	17.991.166

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.

<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/04/br201004b1p.pdf>

Apêndice B: PIA, PEA e número de desocupados por faixa etária e área censitária – Nordeste urbano (2004-2008)

Ano	Faixa etária	Município não auto-representativo			Município auto-representativo			Região Metropolitana		
		PIA	PEA	Desocupados	PIA	PEA	Desocupados	PIA	PEA	Desocupados
2004	16 a 20 anos	1.061.910	542.748	122.852	336.596	164.544	60.455	568.224	286.203	141.323
	21 a 25 anos	839.393	540.009	102.892	287.360	193.673	68.521	487.314	353.682	132.252
	26 a 29 anos	567.737	390.355	54.206	194.206	143.152	45.417	329.462	243.396	65.420
	16 a 65 anos	5.019.056	3.244.593	414.042	1.659.096	1.079.931	283.711	3.046.615	2.050.002	560.062
2008	16 a 20 anos	730.043	327.449	75.486	225.247	101.124	41.479	415.199	196.872	89.484
	21 a 25 anos	566.694	350.813	80.904	180.805	110.017	40.821	356.334	256.191	94.052
	26 a 29 anos	439.499	281.754	48.344	139.267	90.753	28.283	268.141	194.730	53.328
	16 a 65 anos	3.798.270	2.336.345	324.210	1.188.688	703.418	178.954	2.404.013	1.550.953	398.363
Não pobres	16 a 20 anos	823.291	442.993	70.443	540.137	262.891	64.603	408.353	205.609	57.421
	21 a 25 anos	829.357	664.113	62.311	552.558	438.685	69.833	496.975	410.029	70.696
	26 a 29 anos	551.179	453.332	23.879	374.844	317.576	19.830	342.865	307.601	34.362
	16 a 65 anos	5.630.440	4.028.964	219.492	3.750.473	2.477.503	218.547	3.046.615	2.050.002	238.107
2008	16 a 20 anos	1.089.339	628.211	81.554	614.249	296.194	64.367	415.199	196.872	89.484
	21 a 25 anos	1.167.917	920.876	84.972	669.929	530.522	67.829	675.241	570.601	85.888
	26 a 29 anos	806.308	673.622	34.638	537.675	468.238	31.172	501.618	448.876	35.375
	16 a 65 anos	7.845.002	5.757.018	273.328	4.719.038	3.513.161	247.544	3.335.174	2.524.739	398.363

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD.